



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Processo nº (a): 00600-00004091/2020-36-e.

Jurisditionada: Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF - IGESDF.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação nº 45/20 – GPCF/MPJTCD, a respeito de possíveis irregularidades nos Contratos nºs 32 e 51/20, celebrados entre o IGESDF e as empresas Smart 7 Digital LTDA ME e Fértil Comunicação e Marketing LTDA ME, respectivamente.

Decisão nº 200/21: improcedência da Representação. Autorização para inspeção no IGESDF, com vistas a verificar os aspectos técnicos da execução do Contrato nº 32/20, celebrado com a empresa Smart 7 Digital LTDA ME.

Arquivamento dos autos.

Nova Representação nº 14/21 – GPCF: novos documentos. Possíveis vícios decorrentes da inobservância dos princípios da economicidade. Pedido cautelar e fiscalização do Contrato nº 51/20, celebrado com a empresa Fértil Comunicação e Marketing LTDA ME.

Unidade Técnica sugere que se conheça da Representação como Pedido de Reexame, com efeito suspensivo ao item II da Decisão nº 200/21.

Voto divergente. Conhecimento da Representação e abertura de prazo para manifestação.

RELATÓRIO/VOTO

Os autos cuidaram inicialmente do exame da Representação nº 45/20 – GPCF, formulada pelo Ministério Público junto a este Tribunal (e-doc. 079ED1BC), acerca de supostas irregularidades nos Contratos nº 32 e 51/20, celebrados entre o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF e as empresas Smart 7 Digital LTDA ME e Fértil Comunicação e Marketing LTDA ME, respectivamente, para soluções de informática, publicidade de utilidade pública e telemedicina.

z:\2021\assessoria\votos\409120a.doc (9)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

A referida Representação noticiou que o IGESDF firmou o Contrato nº 32/20, com a empresa Smart 7 Digital Ltda.- ME, com vigência de 180 dias, ao custo total de R\$ 1.530.000,00, visando a prestação de serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para atendimento à população do Distrito Federal no combate à Covid-19.

Ressaltou que muitas das soluções contidas no Contrato nº 32/20 já seriam objeto de contínuas campanhas divulgadas pela mídia, tanto por entes públicos quanto privados, gratuitamente.

Destacou o Telecovid, que está disponível na página eletrônica da SES/DF, o Disque Saúde 136 do Ministério da Saúde, além do próprio sítio eletrônico do IGESDF, onde se pode encontrar dicas, informações importantes, notícias, dúvidas frequentes, vídeos, amplamente propalados pela mídia. Desta forma, o objeto do contrato apresentaria um misto de publicidade, já atendido pela própria rede de saúde pública, e de telemedicina sem que a contratada demonstrasse qualquer especialidade nessa área, não sendo permitida a subcontratação no todo ou em parte do objeto, segundo o ajuste.

Acrescentou que o Contrato nº 51/20, foi celebrado com a sociedade empresária Fértil Comunicação e Marketing Ltda., com vigência de 12 meses, para prestação de serviços de publicidade e propaganda sob demanda, com o objetivo de promover a difusão de ideias ou informar o público em geral, para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação do IGESDF.

A Representante questionou ainda o motivo da não inclusão dos serviços, ou de parte deles, no bojo do Contrato nº 32/20, bem como apontou outro ajuste celebrado por Organização Social do Estado de Goiás, com a mesma empresa contratada pelo IGESDF, em valor inferior, para objeto semelhante.

Aquela Representação foi analisada e nos termos da Decisão nº 200/21, este Tribunal, no mérito, a considerou improcedente, no entanto, autorizou *"a realização de inspeção no IGES/DF, com vistas a verificar em maior dimensão os aspectos técnicos da execução do Contrato nº 32/2020, tendo em vista o ineditismo de seu objeto e o fato de ter sido celebrado emergencialmente por dispensa de processo seletivo de fornecedores;"*.

A SEASP registrando que as providências a cargo daquela Secretaria estariam esgotadas, procedeu o arquivamento dos autos (e-doc E75FB4D3, Peça 48).

Posteriormente, o MPJTCD de posse de novos documentos e informações ofertou a Representação nº 14/21 – GPCF, que ora se examina, noticiando ter recebido cópia do Relatório Final de Auditoria do IGESDF (e-doc.

z:\2021\assessoria\votos\409120a.doc (9)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

2A4650D3), o qual apresentou o resultado do monitoramento da gestão, no período de 21.09 a 02.10.20, realizado em cumprimento à Ordem de Serviço nº 01/20, processo SEI nº 04016- 00099418/2020-08, para exame da regularidade da contratação e da execução dos serviços prestados pela empresa Fértil Comunicação e Marketing Ltda.

Conclui que o referido Relatório evidencia possíveis vícios, decorrentes da inobservância dos princípios de economicidade, quando da administração de recursos públicos, acarretando danos de natureza financeira ao IGESDF. E, por estes motivos, requer a concessão de medida cautelar para que o Tribunal determine a suspensão de pagamentos à empresa Fértil Comunicação e Marketing Ltda., até o deslinde do presente processo.

Por fim, requer que a *"Corte delibere acerca da cautelar pleiteada e analise a regularidade do Contrato 51/2020, firmado pelo IGESDF com a empresa Fértil Comunicação e Marketing Ltda, CNPJ 10.589.522/0001-24, sob a ótica dos princípios constitucionais da Administração Pública, dentre eles os da eficiência, economicidade e legitimidade, além de outros aspectos relacionados aos percentuais dos pagamentos, inclusive, com relação à abrangência dos serviços prestados."*

A Unidade Técnica sugere receber a Representação nº 14/21 – GPCF como se Pedido de Reexame fosse, mediante o princípio da fungibilidade recursal, por considerar, na sua avaliação, que a pretensão do Ministério Público seria rediscutir a matéria já apreciada por esta Corte.

Em que pese o o apresentado pelo NUREC, verifico que a peça oferecida pelo MP é uma Representação, na qual o *Parquet* traz novas informações levadas ao seu conhecimento após a publicação da Decisão nº 200/21, as quais no seu entender são capazes de deflagrar novo procedimento de fiscalização por parte deste Tribunal.

No exame dos elementos aptos à admissibilidade da inicial, verifica-se que a Representante é legitimada, houve caracterização circunstanciada da situação, a peça foi redigida em linguagem objetiva e está acompanhada de indício da irregularidade identificada, pressupostos necessários para seu conhecimento, nos termos do art. 230 do RI/TCDF.

Por último, quanto ao pedido de cautelar, constata-se do Relatório Final de Auditoria do IGESDF que o ajuste em questão está suspenso por decisão do próprio Instituto, inexistindo, portanto, nesta fase, o perigo da demora a justificar a concessão da medida.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Isto posto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - conheça da Representação nº 14/21 – GPCF (e-doc. F63054C0, Peça nº 52), denegando-se o pedido de cautelar requerido;

II - determine, com esteio no art. 123, § 3º, c/c art. 230, § 7º, do RITCDF, ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal-IGESDF, que apresente circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor da Representação mencionada no item I supra, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhando cópia dos documentos referenciados em sua manifestação;

III - conceda igual prazo para que a sociedade empresarial Fértil Comunicação e Marketing Ltda., CNPJ 10.589.522/0001-24, se assim desejar, apresente os esclarecimentos que entender pertinente acerca da exordial;

IV - autorize:

- a) a ciência deste Relatório/Voto e Decisão à Representante, ao IGESDF e a sociedade empresarial Fértil Comunicação e Marketing Ltda;
- b) a disponibilização da Representação nº 14/21 - CF (e-doc. F63054C0, Peça nº 52) ao IGESDF e a sociedade empresarial Fértil Comunicação e Marketing Ltda;
- c) o retorno dos autos à SEASP.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2021.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora